

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3  
Edifício Adail Belmonte  
Brasília - DF - CEP: 70070-600  
Telefone: (61) 3366-9100  
www.cnmp.mp.br

**SUMÁRIO**

Presidência.....	1
Secretaria Geral.....	27
Plenário.....	28

**PRESIDÊNCIA****CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****9ª Sessão Ordinária de 2021**

Dia: 08/06/2021

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO****PARTE I**

1) Aprovação da Ata da 8ª Sessão Ordinária (25/05/2021).

**PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS****Processos com Pedidos de Vista**

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)

1) Proposição nº 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2019 (14/05/2019)

2) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00194/2018-16

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar n.º 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP n.º 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Sebastião Caixeta Vieira

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2019 (12/11/2019)

- 3) Reclamação Disciplinar n.º 1.00633/2019-62 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás  
Advogada: Thalita Fresneda Gomes de Castro – OAB/GO n.º 39616  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

- 4) Proposição n.º 1.01141/2018-59  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (05.05.2020)

- 5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00155/2019-81  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Acre  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 6) Proposição n.º 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza (redistribuído em 25/03/2021)  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00224/2020-90  
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça  
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Amazonas  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

- 9) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
- 10) Proposição nº 1.00448/2018-14  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

- 11) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39  
Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região  
Advogada: Sabine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

- 12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

- 13) Consulta nº 1.00838/2018-11  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL  
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

- 14) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58  
Requerente: Lilia Emilia Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti  
Advogado: Alexandre lunes Machado – OAB/GO n.º 17275  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público n° 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

15) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)

Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato n° 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 16ª Sessão Ordinária de 2020 (27/10/2020)

16) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA n° 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n° 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Pedidos de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

17) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00028/2019-73

Requerente: Liana Maria Melo Lages  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI n° 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Rinaldo Reis Lima

18) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00657/2020-37

Requerente: Abel José Rodrigues Neto  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessados: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogada: Isabella Boguea de Assis – OAB/MA n.º 11.932  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Anulação. Portarias nº 66572020, nº 66322020, nº 66652020 e nº 66662020, editadas pelo Procurador-Geral de Justiça. Designação de Promotor. Desrespeito ao princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00838/2020-72

Requerente: Antonio Sergio Tonet  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Associação Mineira do Ministério Público – AMMP  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requerimento de suspensão do desconto da contribuição previdenciária sobre determinadas parcelas. Recurso à Câmara de Procuradores de Justiça. Indeferimento. Incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PAE e ATS e de restituição dos valores descontados. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

21) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01026/2020-53

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Procedimento Administrativo Disciplinar n.º 001/2018. Reclamação Disciplinar nº 1.00833/2018-43. Recebimento de vantagens indevidas para beneficiar réus em ações e execuções penais. Concessão de aposentadoria voluntária antes de julgamento de recurso. Perda de objeto.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

- 22) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Embargado: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00464/2021-30  
Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Afastamento de servidor para desempenho de mandato classista. Liminar em sede de decisão judicial que concedeu afastamento sem prejuízo de remuneração. Processo Administrativo nº 202000121382, objetivando a imposição de ressarcimento ao erário durante a vigência da medida liminar. Solicitação de compensação de horas como providência menos gravosa. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2021 (11/05/2021)

- 24) Reclamação Disciplinar nº 1.00375/2020-02 (Recurso Interno)  
Recorrente: Eder Augusto Pinheiro  
Advogados: Angela Silva Amorim – OAB/DF n.º 58670; Luciano Felício Fuck – OAB/DF n.º 18810  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2021 (25/05/2021)

- 25) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00253/2020-70  
Requerentes: Eder Pontes da Silva; Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas

de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

26) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00279/2020-91

Requerentes: Eder Pontes da Silva; Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Alexandre Senra; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Carlos Fernando Mazzoco; Edmar Gomes Machado; Elisandra de Oliveira Olimpio; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Suspensão da Recomendação nº 6/2020/PR-ES/Gab-EOO, editada pelo MPF/PR-ES. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

27) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00516/2020-60 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República  
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

28) Conflito de Atribuições nº 1.00882/2020-73

Requerentes: Francisco Seráfico Ferraz da Nóbrega Filho; Ministério Público do Estado da Paraíba  
Requerido: Procuradoria da República – Paraíba  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Procedimento 1.00.000.023250/2019-81. Apuração de extração irregular de areia. Município de Caaporã.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

29) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01079/2020-47

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Interessados: Carla Viana Cola; Márcio Aulete de Ronai Pereira  
Advogados: Caroline Zambon Moraes – OAB/ES n.º 30.672; Francielli Ramos Bruni – OAB/ES n.º 32.460; Maria Angela Martins Peixoto – OAB/ES n.º 31.947; Lais Cola Fernandes – OAB/ES n.º 23.575; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES n.º 11.587; Marcela de Oliveira Ramos – OAB/ES n.º 19.064; Naiara Nunes Loureiro de Araujo – OAB/ES n.º 23.765; Barbara Guedes Nespolei – OAB/ES n.º 25.467; Menara Coutinho Carlos de Souza – OAB/ES n.º 29.670; Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 2018.0034.1260-90. Suspensão dos efeitos da decisão. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

30) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00137/2021-50

Requerente: Ministério Público Militar  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Antônio Pereira Duarte  
Objeto: Ministério Público Federal. Investigação, na seara criminal, da responsabilidade dos militares do Exército envolvidos nos disparos de arma de fogo contra carro de família, em Guadalupe, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro/RJ, no dia 7 de abril de 2019. PIC 1.30.001.001521/2019-06. Decisão em sede de Reclamação para Preservação da Autonomia n.º 1.00348/2019-79. Descumprimento após não homologação de arquivamento. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

31) Proposição nº 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

32) Proposição nº 1.00509/2018-25

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)

Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão

34) Proposição nº 1.00891/2018-03

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.

Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

#### Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

36) Proposição n.º 1.01083/2018-09

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

37) Proposição n.º 1.00956/2018-39

Requerente: Fábio Bastos Stica

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

38) Proposição n.º 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

39) Proposição n.º 1.00146/2019-90

Requerente: Sebastião Vieira Caixeta

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

- 40) Proposição n.º 1.00393/2019-23  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 41) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

- 42) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

- 43) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00918/2019-58  
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.  
Relator(a): Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (08/09/2020)

- 44) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00483/2020-85  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação

de gastos. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá

- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amazonas

Incluído na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (10/11/2020)

- 46) Proposição nº 1.00404/2020-72  
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão “Ministério Público” e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (24/11/2020)

- 47) Reclamação Disciplinar nº 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)  
Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

- 48) Proposição nº 1.00691/2020-93  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais, Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 43, § 3º do RICNMP.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (23/02/2021)

- 49) Pedido de Providências nº 1.00680/2020-95  
Requerente: Associação Sergipana do Ministério Público  
Advogado: Edson Luiz Campos Melo – OAB/SE nº 5644  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Anulação da Resolução CPJ nº 16/2020. Determinação para que a Administração Superior do Ministério Público do Estado de

Sergipe se abstenha de remeter a mencionada Resolução ao Poder Legislativo.  
Pedido Liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Sergipe

50) Proposição nº 1.00953/2020-29

Requerentes: Marcelo Weitzel Rabello de Souza; Sebastião Vieira Caixeta; Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Implementação do "MP On-Line".  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

51) Pedido de Providências nº 1.00064/2021-98

Requerente: Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa  
Advogados: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA nº 8.546; Thales Dyego de Andrade Coelho – OAB/MA nº 11.448-A  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Controle de atos praticados no bojo da Ação Civil Pública por Improbidade Administrativa nº 0806828-38.2020.8.10.0029. Violação do princípio do Promotor Natural. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão

52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00067/2021-59

Requerentes: Luana Diniz Lírio Maciel; Rafael Maciel da Silva  
Advogado: Lucio de Almeida Braga Junior – OAB/AC nº 3.876  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Revogação do Ato n.º 23/2020/PGJ. Determinação para que a Procuradoria Geral e a Corregedoria Geral se abstenham de editar ato de qualquer espécie que venha a tornar os requerentes substitutos automáticos entre si. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Acre

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (09/03/2021)

53) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Advogado: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF n.º 18503 (AMPDFT)  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

54) Pedido de Providências nº 1.00994/2018-00

Requerente: Paulo Roberto Severo Pimenta  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de reconsideração da decisão

proferida pela Presidência do CNMP. Promoção de arquivamento. Suposta omissão da Procuradoria Geral da República em atender à solicitação de informações quanto à entrada e permanência de procuradores americanos no Brasil. Informações insatisfatórias.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

55) Proposição nº 1.00322/2020-19

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão Ordinária (23/03/2021)

56) Proposição nº 1.00122/2020-48

Requerente: Luciano Nunes Maia Freire  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Substituição de copos e utensílios descartáveis fabricados com matéria prima derivada do petróleo por dispositivos retornáveis duráveis ou biodegradáveis no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

57) Pedido de Providências nº 1.00860/2020-77

Requerente: Robson de Oliveira Pereira  
Advogado: Pedro Paulo Guerra de Medeiros – OAB/DF n.º 31.036  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Interessados: Sandro Henrique Silva Halfeld Barros; Sebastião Marcos Martins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Determinação. Impedimento de divulgação de qualquer material oriundo do PIC nº 02/2018/GAECO/MPGO. Cumprimento de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Pedido liminar.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Goiás

58) Pedido de Providências nº 1.00903/2020-04 (Processo Sigiloso)

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ 2020.00057042. Possível crime de estelionato. Local de consumação do crime.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio de Janeiro

59) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00041/2021-38

Requerentes: Formosa Supermercados e Magazine Ltda; Paulo Joaquim Santos de Oliveira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Marcelo Romeu de Moraes Dantas – OAB/PA n.º 14.931  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Revisão do Procedimento Disciplinar Preliminar (PDP) nº 041/2019-CGMP/PA. Acórdão proferido pelo Colégio de Procuradores.

Relator(a): Decisão de arquivamento da Corregedoria Geral.  
Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Pará

- 60) Notícia de Fato nº 1.00133/2021-36 (Recurso Interno)  
Recorrente: Carlos Ernandes Sampaio de Oliveira  
Objeto: Notícia de Fato. Conselheiros do CNMP. Informa suposta irregularidade na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 61) Pedido de Providências nº 1.00260/2021-44  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Mato Grosso do Sul  
Advogado: Tiago Koutchin Ovelar Rosa Vitoriano – OAB/MS n.º 14707  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Interessado: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Advogados: Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39.915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979  
Objeto: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul. Proibição de acesso às dependências do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) com aparelho celular. Prejuízo à atividade profissional de advogados. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Mato Grosso do Sul

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (13/04/2021)

- 62) Pedido de Providências nº 1.00356/2020-77  
Requerente: Estado do Espírito Santo  
Advogado: Rodrigo Francisco de Paula – OAB/ES n.º 10.077  
Requerido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Interessados: Alexandre Senra; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Edmar Gomes Machado; Elisandra de Oliveira Olimpio; Male de Aragão Frazão; Paulo Augusto Guaresqui; Paulo Henrique Camargos Trazzi; Renata Maia da Silva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Anulação da Recomendação nº 03/2020/PRM/CIT-COVID-19. Procedimento Administrativo nº 1.17.001.000089/2020-01. Políticas públicas para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 63) Pedido de Providências nº 1.00382/2020-96  
Requerente: Weliton Virgilio Pereira  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Paulo Augusto Guaresqui  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Recomendação nº 3/2020/PRM/CIT Covid-19. Alegação de incompetência por parte do órgão ministerial para fiscalizar as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus no Município de Iúna. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo

- 64) Notícia de Fato nº 1.00223/2021-27 (Recurso Interno)  
Recorrente: Elton Ronei Baron  
Objeto: Notícia de Fato. Conselheiro do CNMP. Apurar suposta irregularidade na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PGJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

- 66) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00492/2020-76  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Douglas Ivanowski Kirchner – OAB/DF n.º 57332  
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais (Twitter) e site "Tribuna Diária". Opiniões sobre a pandemia de COVID-19. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar n.º 1.00243/2020-26. Portaria CNMP-CN nº 30/2020.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Minas Gerais

- 67) Pedido de Providências nº 1.00787/2020-06  
Requerente: Procurador-Geral da República  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Aplicação da Resolução CNMP nº 160, de 14 de fevereiro de 2017. Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.008939/2020-19.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

- 68) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00348/2021-20  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Pernambuco  
Advogado: Isabela Lins de Carvalho – OAB/PE n.º 22213  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Anulação da Resolução PGJ nº 05/2021 – MPPE. Programa de assistência à saúde suplementar, sob a forma de auxílio de caráter indenizatório, por meio de reembolso. Determinação para demonstração da dotação orçamentária para o pagamento do "auxílio saúde". Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Pernambuco

- 69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00441/2021-80  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Maranhão

Advogado: Marcelo José Lima Furtado – OAB/MA n.º 9204  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Interessado: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogada: Isabella Boga de Assis – OAB/MA n.º 11.932  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Ato Regulamentar ATOREG – 192021 da Procuradoria Geral de Justiça. Suspensão de atendimentos presenciais. Pedido de implementação de ferramentas tecnológicas para atendimento remoto da advocacia e jurisdicionados e adequação ao Decreto Estadual n.º 36.601/2021. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (11/05/2021)

- 70) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00474/2019-23  
Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria n° 98/PGJ/2019, bem como dos termos dos anexos das Portarias n° 210/PGJ, n° 314/PGJ, n° 397/PGJ e n° 482/PGJ. Designações de membro para oficial perante as Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 71) Pedido de Providências n° 1.00679/2019-72  
Requerente: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Interessado: Paulo Cezar dos Passos  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamentação. Concessão de férias, licenças e outros afastamentos de membros do Ministério Público requisitados pela Presidência e Corregedoria do CNMP.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 72) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00262/2020-61  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Remuneração de Membros. Alegação de violação do teto constitucional.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 73) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00328/2020-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ricardo de Almeida Prado Filho  
Recorridos: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Desconstituição de ato administrativo praticado pela Procuradora-Geral de Justiça nos autos do processo de Gestão Administrativa n° 19.21.0378.0000209/2020-34. Restituição do pagamento dos vencimentos. Determinação de encaminhamento de documentos probatórios à perícia médica. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Piauí

- 74) Reclamação Disciplinar nº 1.00930/2020-79 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cristiano Zanin Martins  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rio de Janeiro
- 75) Proposição nº 1.01033/2020-37  
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Condições diferenciadas a gestantes e lactantes, na realização de concurso público, em curso de vitaliciamento, no estágio probatório e durante o exercício das funções institucionais.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01055/2020-33  
Requerente: Horacio Afonso de Figueiredo da Fonseca  
Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Representação por remoção compulsória de Promotor de Justiça no âmbito da Corregedoria Geral do Parquet estadual. Alegação de violação a dispositivos constitucionais. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro
- 77) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01086/2020-20  
Requerente: Hortênsia Gomes Pinho  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Resolução n.º 021/2020, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Redimensionamento das Promotorias da Capital baiana. Extinção da Promotoria de Habitação e Urbanismo de Salvador. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Bahia
- 78) Reclamação Disciplinar nº 1.00077/2021-01 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargantes: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: André Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 79) Proposição nº 1.00415/2021-60  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do

Objeto: Ministério Público da União  
Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária (25/05/2021)

- 80) Reclamação Disciplinar nº 1.00099/2020-00  
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Minas Gerais
- 81) Proposição nº 1.00248/2020-02  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Criação da Política Nacional de Inovação e Desenvolvimento do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 82) Reclamação Disciplinar nº 1.00556/2020-48 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Carlos Alberto Leopoldo da Câmara Filho; Luciana Cervieri da Câmara; Patricia Ramos Russo  
Advogados: Luciana Cervieri da Câmara – OAB/RJ n.º 84376; Luciana Valle de Vasconcellos – OAB/RJ n.º 103668; Carlos Alberto Leopoldo da Câmara Filho – OAB/RJ n.º 91982  
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Paraná
- 83) Pedido de Providências nº 1.00757/2020-72  
Requerentes: Gilvanildo Bernardo da Silva; Jhonatan Dias Bernardo da Silva; Maria de Lourdes Dias da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº MPMG 0344.19.000141-4. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Iturama. Irregularidades envolvendo o Departamento de Estradas e Rodagens – DER.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais
- 84) Proposição nº 1.00955/2020-36  
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Política Nacional de Integração e Cooperação Tecnológica do Ministério Público brasileiro. Criação da Plataforma Integrada do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

85) Proposição nº 1.01034/2020-90

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Reconhecimento, por Instituição de Ensino Superior brasileira, de diplomas de mestrado e doutorado expedidos por instituições estrangeiras, para fins de registro, averbação ou anotação dos respectivos títulos nos assentamentos ou prontuários funcionais de membros e servidores do Ministério Público, bem como para fins de utilização em provas de títulos em concursos públicos no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

86) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00029/2021-88

Requerente: Cláudio Soares Lopes

Advogado: Mauro Roberto Gomes de Mattos – OAB/RJ n.º 57.739

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Processo Administrativo Disciplinar Ordinário n.º 2017.00455179. Alegação de nulidade. Ausência de requisitos de admissibilidade. Ausência de sentença condenatória criminal e de improbidade administrativa transitada em julgado. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Rio de Janeiro

87) Reclamação Disciplinar nº 1.00054/2021-43

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba

Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.

Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Paraíba

88) Proposição nº 1.00117/2021-61

Requerente: Luciano Nunes Maia Freire

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Cria o Banco Nacional de Elucidação de Crimes Violentos Letais Intencionais e regulamenta o exercício do Controle Externo da Atividade Policial em tais crimes e sua elucidação.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

89) Pedido de Providências nº 1.00171/2021-07

Requerente: Procuradoria da República – Paraná

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Interessados: Diego Fernandes Dourado; Renita Cunha Kravetz

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR nº 1.00.000.020997/2020-11. Apuração de extração mineral irregular no Município de Campo Largo/PR. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.

Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Paraná

- 90) Reclamação Disciplinar nº 1.00413/2021-53 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Sigiloso  
Advogados: Kledson de Moura Lima – OAB/DF n.º 54756; Frederico Cezar Abinader Dutra – OAB/DF n.º 18487  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (08/06/2021)

- 91) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00669/2018-38  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Advogados: Vivian Cristina Lima Lopez Valle – OAB/PR n.º 27089; Rodrigo Maciel Cabral – OAB/PR n.º 96349  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 183/2018. Inquérito Civil n.º MPPR-0046.15.019762-5. Expedição e cumprimento de notificação pessoal, contrariando deliberação firmada por Grupo Especializado na Proteção do Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa. Ato improvável em expor indevidamente a imagem do Parquet estadual e do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Divulgação de assunto sigiloso. Reclamação Disciplinar n.º 1.00353/2018-55.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 92) Reclamação Disciplinar nº 1.00144/2020-44 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargantes: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator(a): Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Minas Gerais
- 93) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00307/2020-06 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cristiano Bocorny Correa  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Rafael da Cas Maffini – OAB/RS n.º 44.404  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Falsificação de documento público. Uso de documento falso. Atos de improbidade administrativa. Informações colhidas na Sindicância CNMP nº 1.00105/2018-69. Portaria CNMP-CN nº 001/2020.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 94) Reclamação Disciplinar nº 1.00703/2020-25 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Trabalho  
Advogados: Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118; Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447; Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Interessado: Jardim Moura da Costa  
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Trabalho.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Sul

95) Pedido de Providências n.º 1.00889/2020-59

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Interessada: Denise Elizabeth Herrera  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento MPRJ n.º 2019.00364836. Conflito negativo de atribuição. Possível crime de estelionato. Local de consumação do ato delituoso.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rio de Janeiro

96) Pedido de Providências n.º 1.00981/2020-55

Requerentes: Maria Cristina Guimarães Pimentel; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Suposto crime de racismo em rede social da Internet. Competência.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio de Janeiro

97) Pedido de Providências n.º 1.01046/2020-42

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Possível prática de crime de estelionato. Local de consumação do delito.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rio de Janeiro

98) Pedido de Providências n.º 1.00068/2021-02

Requerente: Carlos Augusto Tomaz Vasconcelos  
Advogados: Francisco Érico Carvalho Silveira – OAB/CE n.º 16.881; Lorena Mona Costa Leite – OAB/CE n.º 42139  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Manuel Pinheiro Freitas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Determinação ao Procurador-Geral de Justiça. Deferimento de pedido para que seja reconhecido e averbado o tempo de exercício de advocacia no período de 20/07/1992 a 31/01/1993, para fins de aposentadoria. Processo n.º 25480/2019-3 SP-PGJ/CE.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Ceará

- 99) Pedido de Providências nº 1.00159/2021-57  
Requerente: Ministério Público Federal  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Paulo Alexandre Alba Colucci; Rodrigo Pires de Almeida  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição PGR nº 1.00.000.000483/2020-49. Apuração de possíveis irregularidades no regime previdenciário do Município de Vale de São Domingos. 1ª Promotoria de Justiça Cível de Pontes e Lacerda. Procuradoria da República de Cáceres. Ofício 91/2021-AJCA/PGR.  
Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Mato Grosso
- 100) Proposição nº 1.00208/2021-06  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomenda ao Ministério Público da União e aos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios a adoção de providências para acompanhar o cofinanciamento federal aos serviços de acolhimento e a efetiva implantação do serviço de acolhimento familiar nos municípios, nos termos do art. 34, §1º da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).  
Relator(a): Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal
- 101) Pedido de Providências nº 1.00220/2021-66  
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessados: Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto; José Cicero Barbosa da Silva Junior  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR 1.22.002.000303/2015-84. Apuração de irregularidade consistente na cobrança por parte da instituição de ensino superior Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA. Financiamento estudantil (FIES). Município de Iturama.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Minas Gerais
- 102) Proposição nº 1.00280/2021-33  
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessada: Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, consolidando as Resoluções nº 67/2011; nº 71/2011; nº 83/2012; nº 96/2013; nº 97/2013; nº 105/2014; nº 137/2016; nº 165/2017; nº 198/2019 e nº 204/2019, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações CNMP nº 24/2014 e nº 70/2019.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 103) Conflito de Atribuições nº 1.00354/2021-50  
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul  
Interessados: Gabriel da Costa Rodrigues Alves; Marcelo José da Silva  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuição. Procedimento PGR

1.00.000.010051/2020-46. Apuração de instalação de equipamento do Sistema SINIVEM, na Rodovia Federal BR-463-MS, sem autorização do DNIT/MS. Município de Ponta Porã.

Relator(a): Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Mato Grosso do Sul

104) Reclamação Disciplinar nº 1.00369/2021-72 (Recurso Interno)

Recorrentes: Adriano Andrade Silva; Cesar Nildo Costa Lima; Epifanio Andrade Silva; Josibeliano Chagas Farias; Nadia Lice Carvalho Martins Silva Renovato  
Advogado: Carlos José Luna dos Santos Pinheiro – OAB/MA n.º 7452  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator(a): Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão

105) Conflito de Atribuições nº 1.00383/2021-30 (Apenso: Processo nº 1.00517/2021-03)

Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Interessados: Flavio Bhering Leite Praca; Flávio Campos Dias  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.007776/2020-57. Trata-se de Notícia de Fato MPES 2019.0014.2004-11, mencionando supostas irregularidades na distribuição de cargos e funções no SEST/SENAT, com favorecimentos pessoais nas indicações, sem a realização de processos seletivos para preenchimento de vagas.  
Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Espírito Santo

106) Conflito de Atribuições nº 1.00402/2021-55

Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessados: Andréa Lemos Fontoura; Elton Luiz Freitas Moreira  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.009718/2019-24. Apuração de suposta omissão no repasse, pelo Município de Capela do Alto Alegre/BA, de verbas oriundas da Compensação das Especificidades Regionais (CER) à Função Estatal Saúde da Família (FESF-SUS), no exercício de 2012.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Bahia

107) Pedido de Providências nº 1.00432/2021-99 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Laerte Codonho  
Advogados: Kledson de Moura Lima – OAB/DF n.º 54756; Frederico Cezar Abinader Dutra – OAB/DF n.º 18487  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ato do Conselho Superior. Negativa de acesso aos autos do Inquérito Civil nº 14.0695.0000728/2019-5. Consulta/reprodução ou fornecimento de cópia do inteiro teor do acórdão que deu provimento ao recurso interposto pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo contra a instauração do mencionado Inquérito Civil.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: São Paulo

108) Conflito de Atribuições nº 1.00458/2021-00

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessado: Plínio Vinicius D'Ávila Araujo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR n.º 1.00.000.018394/2019-15. Apuração de possível dano ambiental, decorrente de edificação de casas sem autorização, às margens da Lagoa Maria Menina, no Município de Quissamã. 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Macaé, Quissamã e Carapebus. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.  
Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Rio de Janeiro

109) Conflito de Atribuições nº 1.00489/2021-05

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessados: Celeste Leite dos Santos; Daniella D'Arco Garbossa  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Processo Criminal 0028898-72.2020.8.26.0050 – SANCTVS. Apuração de crime doloso contra a vida. Município de Itatiaia/RJ.  
Relator(a): Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Rio de Janeiro

110) Conflito de Atribuições nº 1.00490/2021-59

Requerente: Procuradoria da República – Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Adleer Calderaro Sirotheau; Gabriel Dalla Favera de Oliveira; Paulo de Tarso Moreira Oliveira  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.23.002.000112/2021-23. Notícia de Fato SIMP 000879-031/2021. Apuração de que a fila de prioridade de vacinação contra Covid-19 está sendo burlada no Município de Santarém.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Pará

111) Conflito de Atribuições nº 1.00520/2021-72

Requerente: Procuradoria da República – Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Adleer Calderaro Sirotheau; Hugo Elias Silva Charchar  
Objeto: Ministério Público Federal no Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato n.º 1.23.002.000160/2021-11. Possível burla na fila de campanha de vacinação contra Covid-19 por parte de médico cirurgião plástico. Procuradoria da República no Município de Santarém. Promotoria de Justiça de Santarém.  
Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Pará

112) Conflito de Atribuições nº 1.00585/2021-18

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará  
Requerido: Procuradoria da República – Ceara  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuição. Procedimento de Conflito de Atribuição – PGR

n.º 1.00.000.011976/2019-71. Possíveis irregularidades praticadas pela MRV Engenharia em desfavor de adquirentes de imóveis em seus empreendimentos.

Relator(a): Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Ceará

113) Conflito de Atribuições n.º 1.00590/2021-94

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.016295/2019-07. Apuração de irregularidades constatadas no Relatório de Vistoria do Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX, quanto à acessibilidade nas instalações prediais da Feira Central. Município de Campo Grande/MS.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Mato Grosso do Sul

114) Conflito de Atribuições n.º 1.00598/2021-23

Requerente: Procuradoria da República – Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.23.000.000772/2019-18. Apuração de irregularidades na liberação de licenças ambientais para os Loteamentos Professora Gercina Brito e Jardim América. Danos ambientais, no bairro Oliveira Brito. Obra referente ao programa Minha Casa, Minha Vida. Município de Capanema/PA.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Pará

115) Conflito de Atribuições n.º 1.00655/2021-10

Requerentes: Karen Damian Pacheco Pinto; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Ação Penal n.º 0000027-91.2011.8.24.0021. Apuração de cobrança de multa aplicada ao processo criminal. Município de Cunha Porã/SC.

Relator(a): Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Santa Catarina

116) Conflito de Atribuições n.º 1.00699/2021-12

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.021789/2020-39. Apurar extração mineral irregular no Município de Ibirama/SC. Inquérito Civil MP/SC Nº 06.2018.00005052-7. Degradação ambiental.

Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Santa Catarina

117) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00703/2021-15

Requerente: Associação Cearense do Ministério Público – ACMP  
Advogados: Francisco Érico Carvalho Silveira – OAB/CE n.º 16.881; Matheus Andrade Braga – OAB/CE n.º 40.495; Lorena Mona Costa Leite – OAB/CE n.º 42139  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Resolução CNMP n.º 223/2020. Ato Normativo

n.º 162/2021 da Procuradoria Geral de Justiça. Regulamentação de programa de assistência à saúde suplementar dos Membros do Parquet estadual. Pedido de liminar.

Relator(a): Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Ceará

118) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00723/2021-04

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Amapá – SINDSEMP-AP  
Advogado: Renan Rego Ribeiro – OAB/AP n.º 3796  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Resolução n.º. 006/2017-CPJ-MPAP. Alegação de redução do adicional de interiorização devido a servidores.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá

119) Conflito de Atribuições nº 1.00728/2021-82

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.011963/2019-00. Apurar notícia de dificuldades de pessoas em tratamento de hemodiálise no Município de Jaboatão dos Guararapes, bem como descaso em veículos doados ao Conselho Tutelar do Município pelo Governo Federal.  
Relator(a): Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Pernambuco

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

**SECRETARIA GERAL**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Sessão de Distribuição Automática de Processos

Data de distribuição: 25/05/2021

Processo: 1.00756/2021-09

Classe: Proposição

Distribuição: GABINETE LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Data de distribuição: 26/05/2021

Processo: 1.00757/2021-62

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Distribuição: GABINETE SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Processo: 1.00758/2021-16

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA

Data de distribuição: 27/05/2021

Processo: 1.00760/2021-21

Classe: Conflito de Atribuições

Distribuição: GABINETE SEBASTIAO VIEIRA CAIXETA

Processo: 1.00761/2021-85

Classe: Correição

Distribuição: CORREGEDORIA

Data de distribuição: 28/05/2021

Processo: 1.00762/2021-39

Classe: Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho

Distribuição: GABINETE SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Eric Lopez Medeiros de Souza  
Coordenador de Autuação e Distribuição  
SPR/CNMP

## PLENÁRIO

### ACÓRDÃO DE 25 DE MAIO DE 2021

Procedimento de Controle Administrativo – PCA Nº 1.00936/2020-09

Requerentes: Adila Maria Vicente dos Santos e outros

Advogada: Vania Cristina Lopes Camacho Meyer – OAB/RJ 197.701

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Relatora: Conselheira Fernanda Marinela de Sousa Santos

E M E N T A PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CONCURSO PÚBLICO. IRREGULARIDADES FORMAIS. FALTA DE SUBSCRIÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS. ABERTURA DE SIGILO. NÃO RATIFICAÇÃO DOS ATOS PELOS DEMANDANTES. NÃO CONHECIMENTO.

1. Observou-se que a petição do dia 26/11/2020, aportada pelos demandantes, em que se noticia a sua intenção em dar prosseguimento ao feito após o levantamento do sigilo, está, de fato, sem assinatura, seja eletrônica ou de próprio punho, bem como não consta assinatura da petição inicial e da Petição de 24/11/2020.
2. As partes não cumpriram a determinação para a ratificação expressa de todos os atos praticados pela advogada Dra.Vania Cristina, incluindo o consentimento pela abertura do sigilo e conseqüente prosseguimento no feito, havendo determinação, ainda, no sentido de regularizar os instrumentos procuratórios dos requerentes que não os subscreveram.
3. Embora excluídos os demais demandantes, a advogada Vania Cristina Lopes Camacho Meyer subsiste como autora da demanda. Ocorre que, mesmo em sua última petição, datada de 08/01/2021, a advogada não promove a assinatura do expediente.

4. Assim sendo, tendo em vista as reiteradas irregularidades formais que, apesar de devidamente alertadas por esta Conselheira não foram devidamente saneadas, entendo que a presente demanda não deve ser conhecida, nos termos do disposto no art. 36 do Regimento Interno do CNMP.

5. Não conhecimento.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em não conhecer o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 25 de maio de 2021.

Conselheiro FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS

Relatora

#### DECISÕES DE 28 DE MAIO DE 2021

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES Nº 1.00480/2021-04

Relator: Conselheiro Sebastião Vieira Caixeta

Requerente: Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. INQUÉRITO CIVIL. SUPOSTA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL EM MURIAÉ/MG. PREEXISTÊNCIA DE DECISÃO VÁLIDA PROFERIDA NA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA NO SENTIDO DE RESOLVER O CONFLITO. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA REVISIONAL DESTE CONSELHO NACIONAL.

I. Trata-se de Conflito Negativo de Atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais encaminhado pela Procuradoria-Geral da República a este Conselho Nacional após a decisão do Supremo Tribunal Federal na ACO nº 843.

II. O reconhecimento pela Suprema Corte da competência do CNMP para a resolução de conflitos de atribuições entre ramos distintos do Ministério Público possui efeitos ex nunc, não sendo permitido a este Colegiado desconsiderar ou revisar decisão válida proferida pela Procuradoria-Geral da República, órgão então competente para apreciação do feito.

III. Conflito de Atribuições arquivado nos termos do art. 43, inciso IX, “a” e “c”, do RICNMP

#### DECISÃO

(...) Ante o exposto, determino o ARQUIVAMENTO do presente Conflito de Atribuições no âmbito deste Conselho, com supedâneo no art. 43, inciso IX, “a” e “c”, do RICNMP, encaminhando-se os autos ao Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (GEEP) do Ministério Público de Minas Gerais, por força da decisão tomada pela Procuradoria-Geral da República.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 28 de maio de 2021.

(Documento assinado digitalmente)

SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA

Conselheiro Nacional do Ministério Público

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES Nº 1.00690/2021-20

Relator: Conselheiro Silvío Roberto Oliveira de Amorim Junior

Requerente: Ministério Público Federal

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

#### DECISÃO

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. DEFINIÇÃO DE ATRIBUIÇÃO PARA ATUAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL SUPERVENIENTE. RECONHECIMENTO DA ATRIBUIÇÃO. PERDA DE OBJETO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

[...] 7. Diante do exposto, considerando a falta de interesse processual pela perda superveniente do objeto da causa, determino o arquivamento do presente Conflito de Atribuições, nos termos do art. 43, IX, alínea b, do RI/CNMP.

8. Dê-se ciência ao Ministério Público do Estado de Goiás, para providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 28 de maio de 2021.

SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Conselheiro Relator